

Langoni ainda crê que salário muda

A política salarial e a indexação da economia constituem questões de competência exclusiva das autoridades brasileiras e o Fundo Monetário Internacional nunca interferiu nestes assuntos, afirmou ontem o diretor para o Brasil do FMI, Alexandre Kafka. O presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, autor da proposta da limitação do reajuste automático baseado no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ao salário mínimo, ainda acredita em mudanças na política salarial. Indagado se a sua proposta é apenas para o futuro, Langoni respondeu, em tom desafiador e mal-humorado, à saída de encontro com o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas: "Vamos ver! Vamos ver!"

O presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin, também teve ontem dois encontros com Galvêas e garantiu que o pacote não contém qualquer medida relativa a salários e explicou que a desindexação da economia brasileira permaneceu fora de cogitação, em razão de "suas implicações generalizadas". Colin considerou "muito natural" a paralisação do mercado finan-

ceiro, à espera de medidas que podem modificar as condições de funcionamento do mercado financeiro.

Diante do quadro de crise econômica, o presidente do Banco do Brasil reconheceu que o governo, mais do que apolo, deve esperar da sociedade a capacidade de se adaptar às novas medidas. Como aspecto positivo, lembrou que "ninguém gosta de pagar juros elevados", o que pode tornar simpáticas algumas medidas do "pacote".

Colin disse que provavelmente, em sua reunião da manhã de hoje, o Conselho Monetário Nacional (CMN) não examinará qualquer medida vinculada à redução dos gastos públicos. Observou que a questão independe do parecer do CMN, já que será regulamentada por decretos-leis, e os acertos ainda pendentes podem exigir nova reunião dos ministros do Planejamento, Delfim Netto, e da Fazenda com os presidentes das principais estatais.

O ministro da Fazenda informou que continua indefinido o corte nos orçamentos das estatais "e o trabalho continua". No caso do Banco do Brasil, Colin ressaltou que o

banco vem cumprindo "rigorosamente" o orçamento já aprovado pela Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais (Sest) e os possíveis cortes atingirão apenas algumas "vantagens" concedidas aos funcionários.

Segundo Colin, o Banco do Brasil não foi chamado a propor qualquer alternativa para a elevação dos juros do crédito rural. Por isso, negou que o Banco do Brasil tenha sugerido a cobrança de 75% do INPC e mais juros de 3% ao ano e também alegou desconhecer a proposta em exame do Banco Central. Disse que a política definida é somente para o Banco do Brasil dar tratamento preferencial aos pequenos e médios produtores rurais.

Outra fonte da Secretaria da Receita Federal descartou, mais uma vez, a introdução do imposto-calamidade para gerar recursos destinados ao combate à seca no Nordeste e à assistência aos atingidos pelas últimas cheias no Sul do País. Admitiu ainda que a Receita não tem qualquer plano para por em execução a decisão de cobrar o imposto de renda na fonte dos investidores no "open".